

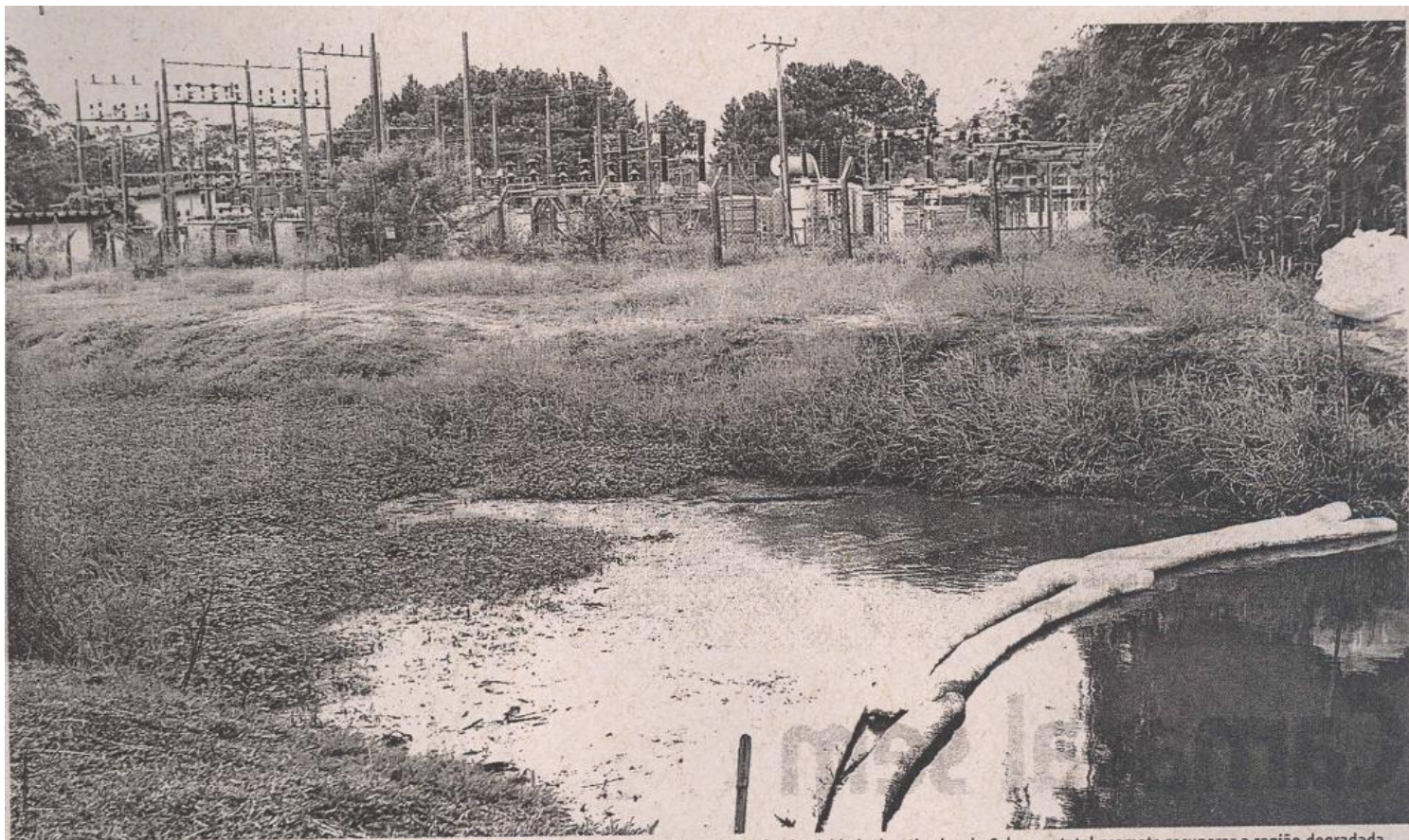


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA



**UFSC NA MÍDIA – CLIPPING
16 de janeiro de 2013**

Vazamento de óleo no mar / Tapera e Ribeirão da Ilha / ascarel / Celesc / UFSC / MPF / Polícia Federal / Fatma / Igeof / Governo do Estado / Fazenda Ressacada / Cesar Azambuja



FOTOS DANIEL QUERZENDO

Rio contaminado. Curso de água do Sul da Ilha recebeu 12 mil litros de óleo de dois transformadores de eletricidade desativados da Celesc; estatal promete recuperar a região degradada

Descaso com área do acidente

Vazamento. Vigilância não é suficiente para controlar acesso à antiga subestação

EDINARA KLEY
EMANUELLE GOMES
redacao@noticiasodia.com.br
@online_ND

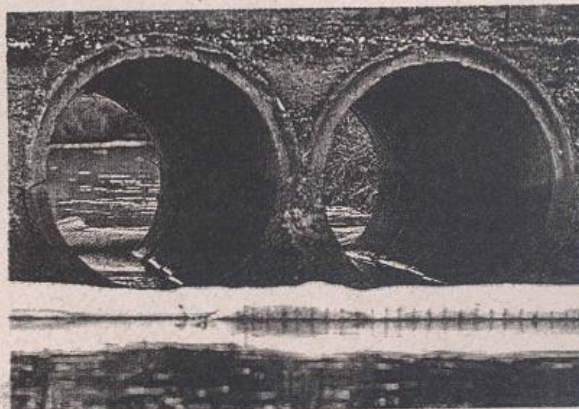
A responsabilidade sobre o vazamento de 12 mil litros de óleo de dois transformadores de eletricidade, que podem ter contaminado cerca de 730 hectares de área de mar entre a Tapera e o Ribeirão da Ilha, ainda não foi apurada. Como ninguém assume o cuidado do terreno localizado na Tapera, onde há equipamentos da Celesc, mas seria da UFSC, o local está abandonado e vulnerável a presença de vândalos, como o que roubou as tampas de cobre dos transformadores e provocou o derramamento do óleo que continua ascarel, substância considerada altamente tóxica.

A entrada de visitantes pelo portão principal parece segura. No entanto, basta dar a volta pelos fundos para ver os estragos que o óleo provocou e a precariedade das instalações. Apesar das placas indicativas de perigo, há buracos abertos na cerca que facilitam o acesso ao antigo cen-

tro de treinamento da empresa estatal. Vigilantes contam que há anos a situação é a mesma e que o espaço é frequentado por usuários de drogas.

Mas a preocupação agora é com o ascarel depositado, com água do córrego, em caixas d'água de 10 mil litros. O material usado para conter o avanço do óleo e absorvê-lo está em sacos. “Aqui entra quem quer. Se alguém mexer nisso aí, tentar furar ou atirar nas caixas, ou se der uma enxurrada, volta tudo para o meio ambiente”, criticou o empregado, que não quis se identificar. Em volta dos transformadores ainda é possível ver uma mancha escura do óleo, o cheiro também é forte.

Ao lado, o córrego que recebeu o óleo corre quase sem vida. A mata ciliar morreu, assim como toda a grama que entrou em contato com a água contaminada. A definição de quem deve responder pelo crime ambiental ficará ao encargo da Justiça. Ontem, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal entraram no caso.



Evidência. Óleo ainda é visível no córrego

Placas indicativas

O vazamento aconteceu no dia 16 de novembro, mas só em 19 de dezembro a Fatma (Fundação do Meio Ambiente) foi avisada do problema e coletou amostras da água. O resultado da primeira análise foi divulgado no último sábado e resultou no embargo. Maricultores e proprietários de restaurantes do Ribeirão da Ilha aguardam o resultado de novas análises da água e mariscos, que ainda não foram encaminhadas ao laboratório internacional da rede do Governo.

A Prefeitura da Capital prometeu colocar placas informativas na região embargada para informar moradores e turistas sobre a proibição de banho, pesca, cultivo e venda dos moluscos. Segundo o superintendente do Igeof (Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis), Everson Mendes, não há riscos para a população. “Os restaurantes foram notificados e estão comprando ostras de outros produtores. As fazendas da região do embargo, 28 produtores, não estão mais retirando seus produtos. Eles foram parceiros e querem esclarecer a situação”, comentou.

Jogo de empurra entre UFSC e Celesc, que deve recuperar área atingida

Nem a Celesc e nem a UFSC corfirmam a posse do terreno e a responsabilidade pelo vazamento de óleo descoberto no dia 19 de dezembro. "Essa área não pertence à UFSC. Com o aeroporto, o Governo do Estado pediu uma parte da Fazenda Ressacada da universidade em troca de uma parte do Centro de Treinamento da Celesc. Mas não houve efetivação do acordo", afirmou Cesar Azambuja, procurador da universidade.

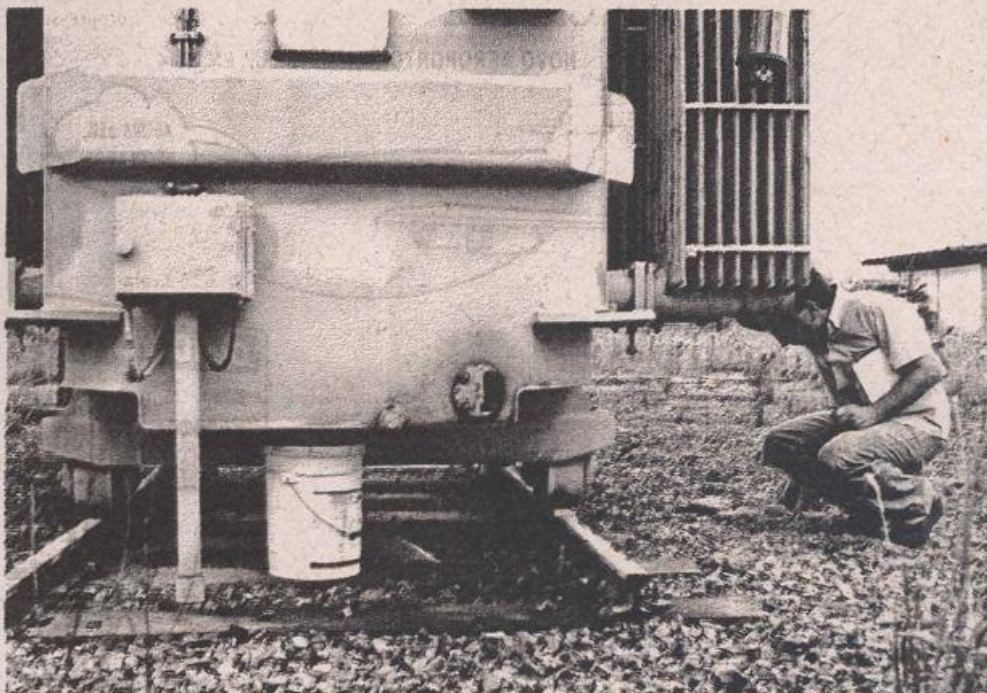
No entanto, o assistente de distribuição da diretoria da Celesc, Pablo Cupani, garantiu que, no entendimento da empresa, o terreno não pertence mais à Celesc. "Mas independente de quem é a responsabilidade decidimos agir

rápido, contratamos uma empresa para tirar o óleo e fomos atrás de corrigir o problema", disse.

Vigilantes da UFSC e da Celesc cuidam do espaço. Para que a equipe de reportagem pudesse ter acesso ao terreno onde se encontra o centro de treinamento foi preciso pedir autorização da UFSC. "O local era um laboratório, usado para treinar todo o corpo técnico da empresa, como eletricitas. Tinha salas de aulas, alojamentos. No acordo, a empresa entregou tudo como estava. Também ficou acertado que a Celesc cederia vigilantes para não deixar o local desprotegido", explicou Cupani. Ele, no entanto, admitiu que a responsabilidade do terreno está em

discussão judicialmente e afirmou que o corpo jurídico da Celesc atua para resolver a questão.

A Celesc garantiu que o centro de treinamento não tem mais nenhum equipamento que ofereça risco de poluição ambiental. "Já contratamos uma empresa que está fazendo um plano para recuperar a área degradada pelo vazamento e vamos contratar outra para dar destino final ao óleo retirado da água", antecipou. Quanto à indenização dos maricultores, caso o produto tenha sido contaminado pelo ascarel, Cupani disse que a empresa tem posição clara. "Nós mandamos amostras de água e de moluscos para a análise e só depois do resultado tomaremos medidas", destacou.



Investigação. Eletricitista da universidade federal coletava dados, ontem à tarde, para confecção de relatório

Consumidores inseguros

A única segurança para os consumidores que querem comer ostras, mariscos e peixes cultivados na região está em um documento chamado Guia de Trânsito Animal, emitido pela Secretaria de Estado de Agricultura e Pesca. De acordo com Roni Barbosa, diretor da secretaria, os 28 produtores do Ribeirão e da Tapera que não podem comercializar seus produtos estão impedidos de obter o documento. "Para vender no atacado e no varejo é necessária essa guia e, por esse motivo, os moluscos comprados no Mercado Público, por exemplo, são seguros", explicou.

"Infelizmente não existe um carimbo que possa identificar em qual fazenda o produto foi produzido. Mas sabemos que as ostras colhidas antes do embargo já foram consumidas, porque são alimentos perecíveis", acrescentou



Improvisado. Água retirada do rio contaminado armazenada sem segurança

Barbosa. Na manhã de ontem, não havia movimentação nas fazendas notificadas, segundo ele.

Hoje, às 14h, será realizada reunião do Comitê Estadual de Controle Higiênico-Sanitário de Moluscos Bivalves, na secretaria com 14 entidades ligadas ao setor.

Um encaminhamento conjunto para a situação será discutido.

Hoje, a partir das 11h, o prefeito Cesar Souza Júnior se reúne com os maricultores no restaurante Porto do Contrato. Representantes da Celesc devem estar presentes.

Praça invadida na Trindade

Santos Dumont. Problema se arrasta desde 2012, depois da demolição do bar do Pida

LETÍCIA MATHIAS

leticiam@noticiasdodia.com.br

@leticiam_ND

A praça Santos Dumont, na Trindade, ainda serve de dormitório para moradores de rua. Alvo de diversas manifestações da associação de moradores em 2012 em consequência do abandono e a invasão de usuários de droga na área de lazer, continua sem intervenções por parte do poder público.

Na manhã de ontem, um homem dormia em um dos bancos e outro debaixo de um guarda sol, ambos próximos aos brinquedos, rodeados de caixas de papelão, cabos de vassoura, carrinho de supermercado e pertences pessoais. Até uma televisão estava apoiada em um dos brinquedos.

Parte da porta de vidro da edificação desocupada anexa à praça, construída para ser um posto policial, foi arrombada. Em uma das salas havia uma cama montada com edredom, travesseiro, agenda, roupas e outros objetos pessoais. Ninguém estava no local.

Em agosto do ano passado, o antigo bar do Pida, que ficava na praça, foi demolido. No mês seguinte, a prefeitura limpou os entulhos e, por intermédio do serviço de abordagem de rua, retirou os moradores de rua que se abrigavam sob os brinquedos infantis, com seus pertences e colchões. O secretário municipal de Obras da época, Luiz Américo Medeiros, anunciou a revitalização completa do espaço para este ano, o que não aconteceu. A secretaria estaria trabalhando na adaptação do projeto elaborado por alunos do curso de arquitetura da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) e buscaria parcerias da iniciativa privada para a revitalização do espaço.

O vice-prefeito e atual secretário de Obras, João Amin, afirmou que não recebeu nenhum encaminhamento a respeito da praça durante a transição de governo. “Vou identificar a situação global para depois atacar os problemas pontuais da cidade”, disse.



FUTURO

Secretário de Obras João Amin diz que não recebeu nenhum encaminhamento na transição

Polícia não consegue combater o problema

A polícia vai até o local a cada dois ou três dias. Com isso, os moradores de rua deixam o local, mas retornam na semana seguinte, segundo o frei Luiz Antônio Frigo, que mora em frente à praça. “É preciso readequar a região, colocar guardas aqui e usar o projeto apresentado pela comunidade junto à UFSC, esta é a nossa esperança”, disse.

Para Djalma Costa, servidor da Comcap (Companhia Melhoramentos da Capital), a situação “ficou menos pior” após a ação da prefeitura ano passado. “Antes era um lixão, agora a gente consegue controlar, mas eles continuam aí”, relatou.

Outro agravante é o fato de o serviço de abordagem de rua não estar funcionando. A maioria dos funcionários era contratado pelo convênio com a Aflov, interrompido em dezembro de 2012. Na semana passada, o secretário de assistência social, Alessandro Balbi Abreu, reconheceu o problema. Prometeu contratações emergenciais até o fim desta semana.

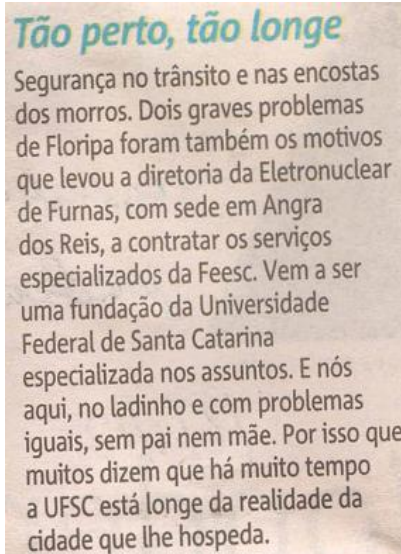


Cama improvisada. Ontem, morador de rua dormia num dos bancos da praça

Notícias do Dia
Ricardinho Machado

“Tão perto, tão longe”

Segurança no trânsito / segurança nas encostas dos morros / Eletronuclear de Furnas / Angra dos Reis / Feesc / UFSC



Enfoque Popular
Região

“Suspensão temporária”

Suspensão das inscrições no concurso para professor efetivo / Segesp / Divisão de Concursos e Admissões / Departamento de Desenvolvimento de Pessoas / UFSC

Suspensão temporária

Em virtude da nova legislação para carreira do Magistério Federal, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por meio da Divisão de Concursos e Admissões (DCA), do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas (DDP) da Secretaria de Gestão

de Pessoas (SEGESP), decidiu suspender, temporariamente, as inscrições para o concurso público com 205 vagas para professor efetivo. Mais informações podem ser obtidas através dos telefones (48) 3721-8317 / 3721-9212 ou pelo e-mail: dca.ddp@contato.ufsc.br.

CLIPPING DIGITAL

Notícias de 16/01/2013

[Jogo de empurra: ninguém assume responsabilidade pelo vazamento de óleo na Capital](#)

[Jogo de empurra: ninguém assume responsabilidade pelo vazamento de óleo na Capital](#)

[UFSC suspende inscrições para o concurso público das 205 vagas para professor efetivo](#)

Notícias de 15/01/2013

[UFSC suspende inscrições para concurso de professores efetivos](#)

[UFSC suspende concurso público para professor efetivo](#)